



SAFI-SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 01/2025



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da Informação.



A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SAFI SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO
SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE,
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assistente Social

Nº 01/2025

CÓD: SL-065NV-25
7908433286509

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	7
2. Ortografia.....	8
3. Divisão silábica.....	9
4. Pontuação.....	11
5. Hífen	13
6. Sinônimo.....	13
7. Acentuação gráfica.....	14
8. Crase.....	16
9. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.....	17
10. Sintaxe de concordância nominal; Sintaxe de concordância verbal.....	26

Raciocínio Lógico

1. Operações com números reais	37
2. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.....	39
3. Razão e proporção	40
4. Porcentagem.....	41
5. Regra de três simples e composta	43
6. Média aritmética simples e ponderada	43
7. Juro simples	45
8. Equação do 1.º e 2.º graus; Sistema de equações do 1.º grau	46
9. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	57
10. Sistemas de medidas usuais	60
11. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	65
12. Raciocínio lógico	79
13. Resolução de situações problema	90

Conhecimentos Gerais

1. História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, setores: primário, secundário e terciário	97
2. Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos....	100
3. História do Brasil e atualidades.....	104

Informática

1. Noções básicas de funcionamento de computadores; Periféricos de entrada e de saída	109
2. Noções básicas de funcionamento de impressoras e scanner	111
3. Conhecimentos em nível de usuário do pacote Microsoft Office: Word, Excel, Power Point e Outlook	113
4. Noções básicas de correio eletrônico, incluindo Microsoft Outlook	117
5. Noções de Internet e ferramentas de navegação	120

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Código de Ética profissional	127
2. Concepções de família	129
3. Instrumentais Técnicos do Serviço Social	130
4. Intervenções Metodológicas no atendimento de alta complexidade (Abrigo)	133
5. PIA – Plano Individual de Atendimento	135
6. Lei de Adoção (Lei Federal nº 12.010/2009)	138
7. Plano Político Pedagógico	147
8. Rede de Proteção e Garantia de Direitos	155
9. ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069, de 13/07/1990) e suas atualizações	159
10. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA/2009)	198

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta. (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

ORTOGRAFIA

▪ **Mudanças no alfabeto:** O alfabeto tem 26 letras. Foram reintroduzidas as letras k, w e y.

O alfabeto completo é o seguinte: A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

▪ **Trema:** Não se usa mais o trema ("̃"), sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos: gue, gui, que, qui.

Regras de acentuação:

Não se usa mais o acento dos ditongos abertos **éi** e **ói** das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba)

Como era	Como fica
alcatéia	alcateia
apóia	apoia
apóio	apoio

▪ **Atenção:** essa regra só vale para as paroxítonas. As oxítonas continuam com acento:

▪ **Ex.:** papéis, herói, heróis, troféu, troféus.

▪ Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo.

Como era	Como fica
baiúca	baiuca
bocaiúva	bocaiuva

▪ **Atenção:** se a palavra for oxítona e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuíú, tuiuíús, Piauí.

Não se usa mais o acento das palavras terminadas em **êm** e **ôo(s)**.

Como era	Como fica
abenção	abenção
crêem	creem

▪ Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/polo(s) e pêra/pera.

Atenção:

Permanece o acento diferencial em pôde/pode;
Permanece o acento diferencial em pôr/por;

Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos **ter** e **vir**, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.);

É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras **forma/fôrma**.

► **Uso de hífen**

Regra básica:

▪ **Sempre se usa o hífen diante de h:** anti-higiênico, super-homem.

Outros casos:

Prefixo terminado em vogal:

▪ **Sem hífen diante de vogal diferente:** autoescola, antiaéreo.

▪ **Sem hífen diante de consoante diferente de r e s:** anteprojeto, semicírculo.

▪ **Sem hífen diante de r e s. Dobram-se essas letras:** antirracismo, antissocial, ultrassom.

▪ **Com hífen diante de mesma vogal:** *contra-ataque, micro-ondas.*

Prefixo terminado em consoante:

▪ **Com hífen diante de mesma consoante:** inter-regional, sub-bibliotecário.

▪ **Sem hífen diante de consoante diferente:** intermunicipal, supersônico.

▪ **Sem hífen diante de vogal:** interestadual, superinteressante.

Observações:

▪ **Com o prefixo sub, usa-se o hífen também diante de palavra iniciada por r:** sub-região, sub-raça.

▪ **Palavras iniciadas por h perdem essa letra e juntam-se sem hífen:** subumano, subumanidade.

▪ **Com os prefixos circum e pan, usa-se o hífen diante de palavra iniciada por m, n e vogal:** circum-navegação, pan-americano.

▪ **O prefixo co aglutina-se, em geral, com o segundo elemento, mesmo quando este se inicia por o:** coobrigação, coordenar, cooperar, cooperação, cooptar, coocupante.

▪ **Com o prefixo vice, usa-se sempre o hífen:** vice-rei, vice-almirante.

▪ Não se deve usar o hífen em certas palavras que perderam a noção de composição, como girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista.

▪ **Com os prefixos ex, sem, além, aquém, recém, pós, pré, pró, usa-se sempre o hífen:** ex-aluno, sem-terra, além-mar, aquém-mar, recém-casado, pós-graduação, pré-vestibular, pró-europeu.

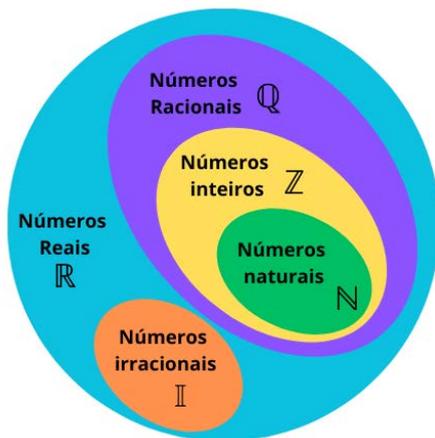
RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS (\mathbb{R})

O conjunto dos números reais, representado por \mathbb{R} , é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

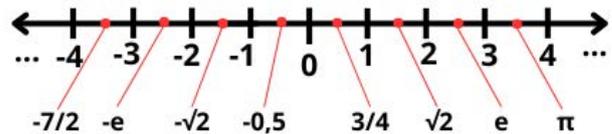
- $\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.
- $\mathbb{R}^+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.
- $\mathbb{R}^{*+} = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.
- $\mathbb{R}^- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.
- $\mathbb{R}^{*-} = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

► Representação na reta

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$



► Operações com Números Relativos

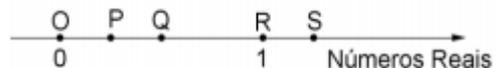
Adição e Subtração

- Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.
- Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

Multiplicação e Divisão

- Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.
- Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplo 1: Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



- (A) P.
- (B) Q.
- (C) R.
- (D) S.

Resolução:

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3-2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

Resposta: A.

Exemplo 2: Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

I- $(20 - m)$ é um número menor que 20.

II- $(20 m)$ é um número maior que 20.

III- $(20 m)$ é um número menor que 20.

É correto afirmar que:

A) I, II e III são verdadeiras.

B) apenas I e II são verdadeiras.

C) I, II e III são falsas.

D) apenas II e III são falsas.

Resolução:

I. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

II. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

III. Falso, pois m é Real e pode ser positivo.

Resposta: C.

► **Intervalos reais**

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

- **Bolinha aberta:** representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos: $>$; $<$ ou $]$; $[$
- **Bolinha fechada:** representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos: \geq ; \leq ou $]$; $[$

Podemos utilizar $()$ no lugar dos $]$ para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

- $[a, b[= (a, b)$;
- $]a, b] = (a, b)$;
- $]a, b[= (a, b)$.

Representação na reta real	Sentença matemática	Notações simbólicas	
Intervalo aberto: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$	$]a, b[$	(a, b)
Intervalo fechado: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$	$[a, b]$	$[a, b]$
Intervalo semi-aberto à direita: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$	$[a, b[$	$[a, b)$
Intervalo semi-aberto à esquerda: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$	$]a, b]$	$(a, b]$

▪ Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

- O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.
- O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO: COLONIZAÇÃO, ESPAÇO GEOGRÁFICO, POPULAÇÃO, RELEVO, HIDROGRAFIA, VEGETAÇÃO, CLIMA, LIMITES, DADOS HISTÓRICOS, SETORES: PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

ORIGENS E PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A história do município de Itá, localizado no oeste do estado de Santa Catarina, é marcada por um processo de colonização fortemente influenciado por imigrantes europeus, em especial descendentes de italianos e alemães. Esse processo teve início no começo do século XX, quando essas populações passaram a se deslocar para o interior do Brasil em busca de terras para cultivo, oportunidades econômicas e melhores condições de vida.

► A chegada dos primeiros colonizadores

O marco inicial da colonização de Itá remonta ao ano de 1919, quando Theodoro Scheuble e sua família chegaram à região. Eles foram os pioneiros na ocupação das terras que, até então, eram cobertas por densas matas. Logo após os primeiros desbravadores, outras famílias chegaram, como as de Valentin Bernardi, Pedro e Ângelo Paludo. Esse movimento deu início ao loteamento e à formação do núcleo urbano inicial.

Esses colonizadores enfrentaram grandes desafios, como a ausência de infraestrutura, isolamento geográfico e o trabalho árduo de abertura de estradas e preparo da terra. Ainda assim, com muito esforço, estabeleceram as primeiras formas de produção econômica, baseadas principalmente na extração de madeira e, posteriormente, na produção artesanal de cachaça, aproveitando os recursos naturais abundantes da região.

► A influência das culturas italiana e alemã

Os traços culturais herdados dos imigrantes europeus marcaram profundamente a identidade local. Os hábitos alimentares, as festas típicas, a arquitetura das casas e o espírito comunitário são heranças preservadas até os dias atuais. Em Itá, é possível perceber essa influência em diversos aspectos do cotidiano, que ajudam a formar o tecido social da cidade.

Essa convivência entre descendentes de diferentes etnias criou um ambiente de cooperação e miscigenação cultural. As tradições familiares e o apego à terra foram valores que moldaram a organização social e o modo de vida dos primeiros habitantes.

► O nome “Itá” e sua origem indígena

Apesar da predominância europeia na colonização, o nome da cidade tem origem indígena. “Itá” é uma palavra do tupi-guarani que significa “pedra”. Segundo relatos locais, foi o caboclo Luís de Campos quem escolheu esse nome para batizar

nome faz alusão ao terreno rochoso da região e, simbolicamente, remete à força e resistência do povo itaense, características que acompanharam a cidade ao longo de sua história.

► Elevação à categoria de distrito e emancipação

A organização política de Itá começou a tomar forma já em 1924, quando foi elevada à categoria de distrito do então município de Joaçaba. Esse reconhecimento possibilitou maior organização administrativa e atraiu novos investimentos para o desenvolvimento local. Com o passar dos anos, o crescimento populacional e econômico justificaram a busca por maior autonomia.

Essa autonomia veio oficialmente em 13 de dezembro de 1956, quando Itá foi emancipada política e administrativamente. Nessa ocasião, o senhor João Moschetta foi nomeado Prefeito Provisório, sendo sucedido pelo primeiro prefeito eleito da cidade, Pedro Paludo, membro de uma das famílias fundadoras do município.

A conquista da emancipação foi resultado direto do trabalho coletivo dos moradores e do amadurecimento institucional da cidade, que já apresentava estrutura administrativa, econômica e social consolidada.

► Desenvolvimento urbano inicial

Nos anos seguintes à emancipação, Itá iniciou um processo de expansão urbana, com a instalação de escolas, igrejas, comércios e serviços básicos. Ainda que com infraestrutura limitada, a cidade conseguiu se estabelecer como um pequeno centro regional, com forte ligação às atividades do campo e à pequena indústria artesanal. O desenvolvimento foi relativamente estável até o final da década de 1970, quando eventos de grande impacto alterariam o rumo da história da cidade — como será abordado na próxima seção.

TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E A NOVA CIDADE DE ITÁ

A trajetória do município de Itá, em Santa Catarina, sofreu uma reviravolta marcante a partir do final da década de 1970. O que antes era uma cidade pacata, com raízes profundas na agricultura e na cultura dos imigrantes europeus, passou a ser o centro de um grande projeto de infraestrutura energética.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itá mudou radicalmente o espaço urbano, social e histórico do município, resultando no desaparecimento da cidade antiga sob as águas do reservatório e no nascimento de uma nova sede urbana, cuidadosamente planejada.

► **O projeto da Usina Hidrelétrica de Itá**

A decisão de construir a Usina Hidrelétrica de Itá foi parte de uma estratégia nacional para ampliar a produção de energia elétrica no Brasil. A obra teve início em 1980, sendo paralisada e retomada apenas em 1995. A retomada do projeto foi viabilizada pela Eletrosul, com apoio de órgãos estaduais e federais. A implantação do reservatório exigia a inundação de uma vasta área, incluindo toda a sede original do município.

Esse processo trouxe impactos profundos para a população local. Casas, escolas, comércios e até o centro histórico precisaram ser desativados. Mais de cinco mil pessoas foram diretamente afetadas, sendo necessário um trabalho de realocação e reassentamento. A cidade precisou ser reconstruída em um novo local, aproximadamente cinco quilômetros distante da antiga sede.

► **Planejamento da nova cidade**

A nova Itá não surgiu de forma improvisada. Ela foi fruto de um projeto urbanístico moderno, resultado de um processo de planejamento participativo, que envolveu engenheiros, arquitetos, lideranças locais e os próprios moradores. A participação popular foi fundamental para que a nova cidade refletisse os desejos e necessidades da população realocada.

A nova sede foi oficialmente fundada em 12 de dezembro de 1981, e sua construção se estendeu até o ano de 2000. A cidade foi projetada com ruas amplas, zonas residenciais bem definidas, áreas verdes preservadas e infraestrutura moderna. Esse modelo urbanístico contribuiu para uma melhor qualidade de vida dos habitantes e serviu de referência para outros projetos semelhantes.

► **O símbolo da cidade submersa: a igreja matriz**

Um dos marcos mais emblemáticos da cidade antiga que permanece até hoje visível é a antiga igreja matriz, cujas torres e cúpula ainda emergem das águas do lago da usina. Essas estruturas se tornaram símbolos da resistência e da memória da população itaense. Para muitos moradores, ver as torres da igreja é lembrar da cidade que existia, das histórias vividas ali e dos laços comunitários que o tempo e a água não apagaram.

Hoje, esse ponto se transformou em uma atração turística e um espaço de homenagem à história local. A imagem da igreja submersa, além de impactante, representa o vínculo afetivo da comunidade com seu passado e a força de adaptação diante das transformações.

► **Novos rumos: do impacto à reinvenção**

A inundação da cidade antiga foi um marco de ruptura, mas também de reinvenção. A nova Itá rapidamente se adaptou ao novo território e passou a explorar oportunidades antes inexistentes, principalmente no campo do turismo e da sustentabilidade. A paisagem do lago, as águas calmas e a presença das ruínas da antiga cidade criaram um cenário único, ideal para atividades de lazer, esportes náuticos e turismo de contemplação.

Esse novo ciclo de desenvolvimento, que será abordado com mais profundidade na seção sobre o setor terciário, marcou o reposicionamento de Itá como uma cidade não apenas reconstruída, mas também reinventada, capaz de transformar uma crise em oportunidade.

► **Continuidade da identidade local**

Apesar da mudança física, a cidade preservou sua identidade cultural e social. Tradições, festas típicas, religiosidade e vínculos comunitários permaneceram vivos. O esforço das famílias em manter seus laços e a própria memória da cidade antiga foram fundamentais para que Itá continuasse sendo, apesar de geograficamente diferente, a mesma em sua essência.

As famílias que ajudaram a fundar o município, como os Paludo e os Bernardi, continuam presentes na nova cidade, atuando como guardiães da história local. Isso reforça a ideia de que Itá, embora reconstruída, nunca deixou de ser um só corpo social, carregando sua trajetória com orgulho e resiliência.

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E AMBIENTAIS

O município de Itá, situado na região oeste de Santa Catarina, possui um conjunto de características geográficas e ambientais que contribuem significativamente para sua identidade, economia e vocação turística. A localização estratégica às margens do Rio Uruguai, aliada à sua topografia ondulada e ao clima temperado, fez da região um ambiente favorável à ocupação humana, à prática da agricultura e, atualmente, ao desenvolvimento do turismo sustentável.

► **Localização e limites territoriais**

Itá está localizado na região do Alto Uruguai Catarinense, a cerca de 60 km de Chapecó, principal cidade polo do oeste do estado. Faz divisa com os municípios de Aratiba (RS), Concórdia, Seara, Itá e Alto Bela Vista. A presença do Rio Uruguai como fronteira natural com o estado do Rio Grande do Sul dá ao município uma posição estratégica em termos de transporte hidroviário e desenvolvimento turístico.

A área territorial de Itá é de aproximadamente 165 km², o que confere ao município uma dimensão geográfica modesta, porém bem estruturada, especialmente após o planejamento da nova cidade.

► **Relevo**

O relevo da região de Itá é formado por colinas, vales e áreas de planalto, características típicas do oeste catarinense. A topografia suavemente ondulada facilita a prática da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que oferece paisagens atrativas para o turismo rural e de contemplação.

A presença de encostas e paredões rochosos próximos ao leito do Rio Uruguai contribui para a formação de mirantes naturais e cachoeiras, que passaram a ser explorados como pontos turísticos. A antiga cidade de Itá, por exemplo, foi construída em uma área mais baixa e, por isso, acabou sendo submersa com a formação do lago da usina.

► **Hidrografia**

O principal elemento hidrográfico do município é o Rio Uruguai, um dos maiores rios da região sul do Brasil. Ele não apenas delimita a fronteira interestadual, como também é o responsável pela criação do grande reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá. Este lago artificial se estende por dezenas de quilômetros e passou a desempenhar papel central na paisagem e economia do município.

INFORMÁTICA

NOÇÕES BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO DE COMPUTADORES; PERIFÉRICOS DE ENTRADA E DE SAÍDA

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

► Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete

¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#::~:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

► Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

► Coolers

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

► **Placa-mãe**

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

► **Fonte**

É responsável por fornecer energia às partes que compõem um computador, de forma eficiente e protegendo as peças de surtos de energia.



Fonte

Placas de vídeo

Permitem que os resultados numéricos dos cálculos de um processador sejam traduzidos em imagens e gráficos para aparecer em um monitor.



Placa de vídeo

► **Periféricos de entrada, saída e armazenamento**

São placas ou aparelhos que recebem ou enviam informações para o computador. São classificados em:

- **Periféricos de entrada:** são aqueles que enviam informações para o computador. Ex.: teclado, mouse, scanner, microfone, etc.



Periféricos de entrada

- **Periféricos de saída:** São aqueles que recebem informações do computador. Ex.: monitor, impressora, caixas de som.



Periféricos de saída

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e ainda tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição, bem como nos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora

dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

IV - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar

dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

SEÇÃO II

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

- a) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;
- b) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;
- c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;
- d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
- f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;
- g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

l) ser assíduo e freqüente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

m) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

n) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

r) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.

s) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.

SEÇÃO III

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - É vedado ao servidor público;

- a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;
- b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;
- c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui! a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!